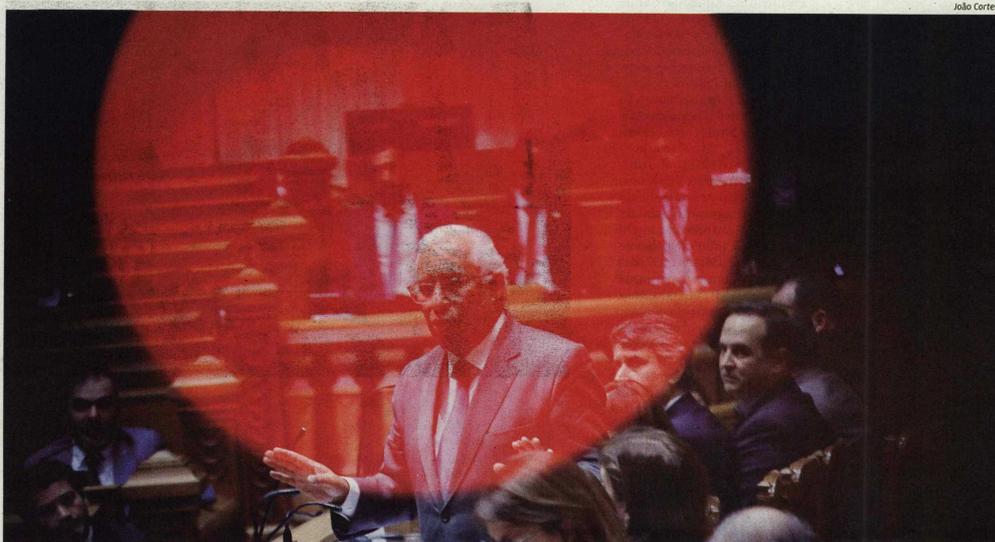


POLÍTICA

Sob pressão de casos, Costa anuncia novo mecanismo para nomeações

Sem adiantar pormenores, o primeiro-ministro anunciou que vai propor a Marcelo a criação de um mecanismo para melhorar nomeações governamentais. Livre lembra que PS chegou a ter essa ideia num programa de governo, mas desistiu dela.



João Cortesão

Terceiro Governo de António Costa, que conta com maioria no Parlamento, enfrentou a segunda moção de censura esta quinta-feira.

JOANA ALMEIDA
joanaalmeida@negocios.pt
PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

Após sucessivas polémicas e demissões devido a escândalos relacionados com os rostos escolhidos para governar, o primeiro-ministro, António Costa, anunciou esta quinta-feira que irá propor um mecanismo que permita "melhorar" as nomeações para o Executivo. Sem adiantar

muitos pormenores, assegurou que a ideia será trazer "mais transparência" e "confiança" na escolha do elenco governativo, evitando novos "casos e casinhos".

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro no debate desta quinta-feira no Parlamento à moção de censura ao Governo apresentada pela Iniciativa Liberal, após a polémica indemnização paga à ex-secretária de Estado Alexandra Reis pela sua saída antecipada da TAP. A proposta será apresentada primeiro ao Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e, por isso, António

Costa recusou alongar-se.

"Não lhe direi muito hoje, mas irei propor ao senhor Presidente da República que consigamos estabelecer um circuito entre a minha proposta e a nomeação dos membros do Governo que permita evitar desconhecer factos que não estamos em condições de conhecer e garantir maior transparência e confiança de todos no momento da nomeação", referiu o líder do executivo socialista.

O primeiro-ministro não esclareceu como funcionará esse mecanismo, nem se será semelhante ao processo de "vetting" exis-

tente nos Estados Unidos ou no Reino Unido, em que é feita uma verificação prévia sobre os antecedentes de nomeados para cargos políticos e públicos.

O deputado único do Livre, Rui Tavares, deixou um apelo ao Governo para que "não deixe de fora a Assembleia da República desses procedimentos" e recordou que o PS chegou a ter essa ideia no seu programa de governo, em 2019. A ideia acabou, contudo, por desaparecer dos programas de governo seguintes. "Quando se estava a pedir uma maioria absoluta, estava-se a diminuir a exigência",

sinalizou Rui Tavares.

No programa de governo de 2019, o PS propunha, para diversificar e qualificar os titulares de cargos políticos, "instituir a prática, no quadro do debate sobre o programa do governo, de as/os ministras/os apresentarem e debaterem os objetivos a que se propõem através de uma audição individual nas comissões parlamentares respetivas". Questionado, o primeiro-ministro não esclareceu se pretendia voltar a essa ideia.

A polémica com a ex-secretária de Estado Alexandra Reis levou à demissão da governante e do

“

Irei propor ao senhor Presidente um circuito entre a proposta e a nomeação dos membros do Governo que permita evitar desconhecer factos que não estamos em condições de conhecer.

ANTÓNIO COSTA
Primeiro-ministro

Estranho que tenha saído do programa do governo de 2022 [a audição individual de ministros], quando se estava a pedir uma maioria absoluta.

RUI TAVARES
Deputado único do Livre

”

então ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, que assumiu a "responsabilidade política" pelo caso. Antes de Alexandra Reis, também Miguel Alves, escolhido para braço-direito de António Costa, se demitiu após ser acusado pelo Ministério Público de prevaricação.

Após a discussão da moção de censura no Parlamento, também a secretária de Estado da Agricultura, Carla Alves, apresentou a demissão, depois de ter sido noticiado que tinha as contas arrestadas, na sequência de uma investigação que visa o marido (ver última). ■